



# DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

## Associações barram perdas e retrocessos

Com forte e permanente atuação no Congresso Nacional, as Associações estaduais e a AMB conseguiram conter, em 2017, o avanço das pautas negativas que impunham perdas e retrocessos à Magistratura e ao Judiciário. No dia 5 deste mês, os dirigentes voltaram a se reunir em São Paulo para definir estratégias de ação, já na reabertura dos trabalhos do Judiciário e do Legislativo, contra as ameaças deste ano. **PÁGINAS 3 e 5**

GEORGIA BAÇVAROFF



Maurício Soares com juizes em Uberlândia

## JUÍZES MINEIROS REFORÇAM DEFESA DA PREVIDÊNCIA

A defesa das garantias constitucionais da Magistratura não ficou restrita a Brasília e, no dia 14 de dezembro, durante reunião, os juizes da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro) ouviram balanço do presidente Mauricio Soares e manifestaram apoio à atuação da Amagis no Congresso Nacional contra os projetos nocivos à classe e à autonomia do Judiciário. **PÁGINA 4**



**RECEBA INFORMAÇÕES DA AMAGIS PELO WHATSAPP OU TELEGRAM**

**(31) 99881-4367**

ENVIE-NOS UMA MENSAGEM SOLICITANDO A INCLUSÃO NA LISTA

Fóruns têm segurança reforçada

**PÁGINA 5**

Conciliação gera em MG R\$ 69 milhões

**PÁGINAS 12 a 14**

Check-up tem adesão de 400 magistrados

**PÁGINA 24**

# Com união e atuação, vencemos 2017; estamos prontos para 2018

MAURÍCIO SOARES\*

Nossas vigilância e resistência, do primeiro ao último dia do ano passado, foram recompensadas com o não avanço de propostas equivocadas dos Poderes Legislativo e Executivo, que impuseram pautas negativas e de desmonte de garantias constitucionais e direitos consagrados da Magistratura e do Judiciário.

Durante os 365 dias de 2017, enfrentamos, com muita serenidade, todos os projetos que tramitaram no Congresso Nacional contra a classe justamente porque o Judiciário tem prestado uma grande contribuição à sociedade e à própria cidadania. Por isso, atuamos fortemente, em Brasília, no sentido de impedir retrocessos institucionais ao Judiciário, evitar perdas para a Magistratura e também manter garantias e direitos.

## “Durante os 365 dias de 2017, enfrentamos todos os projetos que tramitaram no Congresso Nacional”

A nova reforma da Previdência não avançou porque afeta, além da Magistratura, todas as carreiras do serviço público, ofende direito dos que já estão em regime de transição, destrói as pensões e liquida com a construção histórica da previdência pública brasileira. Vale registrar ainda que foi feita à toque de caixa, sem diálogo com a sociedade e em um momento de extrema instabilidade política do País.

O projeto do extrateto, que também visa suprimir direitos da Magistratura, ficou travado. Irão tentar, novamente, votar neste ano. De forma semelhante, todas as tentativas de criminalizar a atividade jurisdicional foram desarmadas uma a uma.

Igualmente, no CNJ, onde, numa ação conjunta das Associações, atuamos a tempo e modo para alterar provimento da Corregedoria do Conselho que mexia em direitos já reconhecidos. Há ainda a possibilidade de o próprio Supremo Tribunal Federal julgar, nes-

te ano, direitos da classe reafirmados também justamente no âmbito desta Corte em sessão administrativa.

Paralelamente, lutaremos ainda por nossas propostas na estrutura da carreira, como é o caso, por exemplo, da VTM – Valorização por Tempo de Magistratura, atualmente em trâmite no Senado Federal, e pela atualização monetária dos subsídios, conforme previsão constitucional.

Ninguém duvida que 2017 foi difícil, mas nem tudo foi só adversidade. No dia 2 de dezembro, celebramos em nosso tradicional encontro de congratamento as realizações do ano passado, entre elas, o reconhecimento do CNJ com o selo ouro para os tribunais mineiros (TRE, TJMG e TJMMG) e o título de campeões no ranking nacional da conciliação.

Enfim, o ano de 2017 acabou, mas suas ameaças não, e serão desafios que enfrentaremos, mais unidos, fortes e organizados, com dedicação e afinco para preservar a dignidade do Poder Judiciário e garantir o respeito e a valorização que a Magistratura brasileira merece.

Não aceitaremos perdas sob qualquer pretexto e trabalharemos, com apoio de toda a Magistratura e de outros parceiros do Sistema de Justiça, pela manutenção de nossos legítimos direitos, amparados em conquistas e pela legislação, além de concedidos sob o pálio da autonomia das unidades federadas.

No dia 5 deste mês, discutimos, em São Paulo, com todas as Associações e a AMB, as estratégias de atuação na abertura dos trabalhos em Brasília, para reafirmar que nada será discutido e decidido sobre o futuro da classe e do Judiciário sem as nossas presença e voz. ■

(\*) *Presidente da Amagis*

## ÍNDICE DECISÃO!

Atuação em Brasília  
barra perda e retrocesso  
**PÁG 03**

Interior reforça  
defesa da previdência  
**PÁG 04**

Órgão Especial aprova  
medida de segurança  
**PÁG 05**

TRE-MG avança no uso  
do PJe na 2ª instância  
**PÁG 07**

Amagis instala sala de apoio  
**PÁG 08**

Nutris arrecada fundos  
em feira beneficente  
**PÁG 09**

Semana da Conciliação  
gera R\$ 69 milhões  
**PÁG 12**

Tribunais empossam  
novos dirigentes  
**PÁG 17**

Filarmônica oferece  
novas assinaturas  
**PÁG 18**

Colônias têm 90% de  
ocupação no verão  
**PÁG 19**

## +SAÚDE!

Natação traz bem-estar  
e combate o estresse  
**PÁG 23**

Check-up tem adesão  
de 400 magistrados  
**PÁG 24**

### JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



#### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

#### Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

#### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

#### Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

#### Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

#### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

#### Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juíz Christyano Lucas Generoso

#### Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Atuação em Brasília barra perda e retrocesso

Ação intensa impediu o avanço de projetos nocivos ao Judiciário

**M**esmo em um quadro adverso, a Magistratura pode celebrar a manutenção de conquistas em 2017, pois a atuação intensa das Associações de classe, entre elas a Amagis, impediu o avanço de propostas que afetam a carreira e o Judiciário, como a reforma da Previdência, o abuso de autoridade e o extrateto.

As reuniões semanais com os parlamentares em Brasília foram decisivas para a classe se unir, organizar e acumular forças para tentar impedir que novas ameaças de retrocesso possam ocorrer em 2018. Com esse objetivo, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, viajou a Brasília por mais de 15 vezes (em todos os meses do ano passado, à exceção de julho, período de recesso), para o corpo a corpo junto aos parlamentares no Distrito Federal.

Até mesmo no último mês, quando os trabalhos são encerrados, a ação foi mantida. No dia 12 de dezembro, o presidente Maurício Soares, juntamente com o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e o vice-presidente de Planejamento Estratégico da AMB, desembargador Nelson Missias, reuniu-se

com o 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Fábio Ramalho, para debater, mais uma vez, a reforma da Previdência e o projeto do extrateto.

Pela manhã do mesmo dia, o presidente da Amagis percorreu o Congresso Nacional para intensificar o diálogo com os parlamentares, especialmente com os deputados mineiros, para reforçar a importância de que a votação dos projetos não avançasse, em favor de um debate mais amplo e aprofundado com as Associações de classe.

No dia 5 de dezembro, Maurício Soares, acompanhado dos dirigentes da AMB, reuniu-se com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), deputado Rodrigo Pacheco, para discutir o projeto de lei nº 8.347/17, que tipifica penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do advogado. Logo depois, o presidente da Amagis acompanhou a reunião da CCJ, na qual a proposta foi discutida, e conversou com o deputado Carlos Marun, ministro da Secretaria de Governo, responsável pela articulação política entre o Legislativo e o Executivo.

FOTOS: AMAGIS



**Nelson Missias, Fábio Ramalho, Maurício Soares e Jayme de Oliveira**



**Maurício Soares e Nelson Missias com Carlos Marun**



**Dirigentes de Associações no Congresso Nacional**

Na avaliação do presidente Maurício Soares, o contato com os parlamentares deve ultrapassar as reuniões no Congresso Nacional e, por isso, tem reforçado a importância de que os ma-

gistrados mineiros busquem a interlocução com os deputados de suas regiões, como sugeriu durante encontro com os juízes de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. *(Leia mais na página 4).* ■

# Interior reforça defesa da previdência

Presidente da Amagis reuniu-se com juizes da Comarca de Uberlândia

**A** busca por um debate mais amplo e profundo sobre a reforma da Previdência não está restrita a Brasília. No dia 14 de dezembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com os juizes da Comarca de Uberlândia, para conversar sobre os direitos e a valorização da classe e, em especial, sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que afetam a Magistratura.

Durante o encontro, Maurício Soares falou sobre a articulação e o trabalho desenvolvido com os parlamentares no Congresso Nacional, com o objetivo de tentar impedir o avanço de propostas, como o projeto que tipifica penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do advogado, a proposta do extrateto e a reforma da Previdência, e reforçou a importância de os magistrados buscarem a interlocução com os deputados de suas regiões, a fim de sensibilizá-los sobre o retrocesso que tais propostas podem representar para o Judiciário (*Leia mais na página 3*).

Para o diretor da Seccional da Amagis em Uberlândia, juiz Walner Barbosa Mil-

ward Azevedo, o presidente Maurício Soares tem feito um trabalho muito importante na defesa dos interesses da classe. Ele ressaltou ainda a relevância do encontro na comarca: "Minas Gerais são muitas, como disse Guimarães Rosa. E tudo isso precisa de alguém com a envergadura do desembargador Maurício Soares", reconheceu.

Na avaliação do secretário da Seccional da Amagis, juiz Lourenço Migliorini, ao deslocar-se para as comarcas e discutir com os magistrados os assuntos que afetam a carreira, além das viagens frequentes a Brasília, o presidente da Amagis demonstra o esforço na integração da classe e a transparência de sua gestão. "Essa postura nos deixa tranquilos, porque temos acesso ao presidente da Amagis sem intermediários e de forma clara e direta", afirmou.

O juiz Rowilson Gomes Garcia ressaltou a preocupação do presidente em ouvir de perto as questões levantadas pelos juizes. "Nós, que estamos no interior, precisamos desse respaldo e dessa presença da Amagis, na pessoa do nosso presidente Maurício Soares. É isso que nos tranquiliza para o exercício da nossa atividade jurisdicional no interior do Estado", confirmou.

A juíza Edinamar Aparecida da Silva Costa enfatizou a sa-

**Maurício Soares com juizes de Uberlândia durante encontro realizado na Comarca**

GEORGIA BACVAROFF



tisfação de todos os juizes em receberem o presidente Maurício Soares. "A vinda dele aproxima os juizes do interior dos acontecimentos da Magistratura, no Estado e no País", disse.

Compareceram à reunião os juizes Luiz Eusébio Camucci, Abenias César de Oliveira, Paulo Fernando Naves de Rezende, José Márcio Pereira, Maria das Graças Rocha Santos, Claudiana Ferreira Parreira, José Luiz

de Moura Faleiros, Joemilson Donizetti Lopes, Paulo Roberto Caixeta, José Roberto Poiani, Dimas Borges de Paula, João Ecyr Mota Ferreira, Armando Domingues Ventura Júnior, Maria Elisa Tagliaglegna, Alaor de Melo Junior, Miller Rogério Justino, César Aparecido de Oliveira, Kênia Suzete Baia Ferreira, Everton Rancoleta, além de Maria Luiza Assunção (da Comarca de Belo Horizonte). *Leia mais na página 8.* ■



## Semana da Conciliação

Judiciário mineiro realiza quase 30% mais audiências em 2017 ante 2016

Na Semana da Conciliação de 2017, o Judiciário mineiro realizou 31.855 audiências, superando o número de 2016, que foi de 24.826 audiências.



**AMAGIS**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS MAGISTRADOS  
MINEIROS

www.amagis.com.br

# Órgão Especial aprova medida de segurança

Fóruns mineiros não irão armazenar mais armas em suas instalações

Com a aprovação, no dia 13 de dezembro, pelo Órgão Especial do TJMG, da resolução que destina a guarda de armas de fogo dos fóruns de todo o Estado para a autoridade policial, a política de segurança e proteção da Magistratura deu mais um passo significativo.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que participou da sessão do Órgão Especial, a medida aprovada pelo colegiado é de extrema importância

e trará mais segurança e tranquilidade não só para os magistrados, mas também para todos os frequentadores dos fóruns mineiros.

Com a medida, o Judiciário mineiro deixará de receber armas de fogo, acessórios e munições apreendidos e que estejam vinculados a processos judiciais, inquéritos policiais, termos circunstanciados ou procedimentos de apuração de infrações penais e de ato infracional.

Os fóruns continuarão sendo responsá-

TIAGO PARRELA

Sessão do Órgão Especial do TJMG



veis pela guarda do material relacionado a crimes dolosos contra a vida, e os armamentos que já estão nas dependências dos prédios continuarão sob custódia da Justiça até que seja definida a destinação final dos equipamentos. No final de 2017, o Exército brasileiro

destruiu cerca de 100 mil armas de fogo e munições que estavam sob a guarda do Poder Judiciário.

O colegiado também votou os últimos provimentos do ano. Veja como foi o resultado da votação na coluna 'De Comarca em Comarca', na página 10. ■

## Julgamento de direito pode ser realizado pelo Supremo

Ministro Luiz Fux liberou as ações para apreciação da Corte

No final de dezembro, o ministro Luiz Fux, do STF, liberou para julgamento, pelo plenário da Corte Superior, a Ação Originária 1.773 e suas ações correlatas, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.393, referentes a temas como o direito ao auxílio-moradia e parcelas concedidas sob o pálio da autonomia das unidades federadas.

O avanço da pauta no Supremo é fruto, mais uma vez, de uma ação da AMB, da qual tomou parte a Amagis e demais Associa-

ções de magistrados, que, no ano passado, demonstrou-se bem-sucedida em impedir o avanço de projetos que afetam a carreira da Magistratura, como a reforma da Previdência, o extrateto e o abuso de autoridade.

Por meio de nota, da qual a Amagis é signatária, a AMB refere-se à decisão do ministro e esclarece que "não havia sido possível liberar os feitos para oportuna inclusão em pauta, em virtude de a temática sub judice se referir ao regime jurídico da Ma-

gistratura, referente à percepção do auxílio-moradia (parcela incluída recentemente em minuta de Anteprojeto de LOMAN desta Corte e que se encontra em fase de revisão final), bem como a extensão aos magistrados de benefícios percebidos por outras carreiras".

O anteprojeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional prevê manutenção do auxílio-moradia como parcela indenizatória devida aos magistrados, bem como referência expressa a vantagens, direitos e deveres dos magistrados. Na nota, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, afirmou: "Diante das incertezas quanto ao en-

vio do citado anteprojeto de Lei ao Poder Legislativo Federal, a liberação dos autos segue o seu procedimento usual, sendo certo que o referido direito já foi reconhecido no âmbito desta Corte em sessão administrativa, para seus membros e juízes auxiliares".

A AMB chamou a atenção para o fato de que, apesar de liberado para a pauta, a decisão do ministro Luiz Fux não implica votação imediata. No dia 5 de janeiro, as Associações estaduais e a AMB se reuniram em São Paulo para discutir estratégias de ação em defesa dos direitos da Magistratura já na abertura dos trabalhos do Judiciário e do Legislativo. ■



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | LEILOESMG@LEILOESMG.COM.BR

DESEJAMOS UM ANO DE SUCESSO E PROSPERIDADE,  
E QUE TODOS OS OBJETIVOS SEJAM CONQUISTADOS!

Feliz  
2018

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA

EXECUÇÃO



**GRUPO CRÉDITO**

Contato - Fernando C. Moreira    Diretor - (37) 99947-7742    fernando@grupocredito.com.br

# TRE-MG avança no uso do PJe na 2ª instância

Sistema deverá ser instalado na 1ª instância em 2019

CLÁUDIA RAMOS / TRE-MG



Treinamento dos servidores do TRE-MG para uso do PJe

**A**té o final deste mês, todas as unidades da segunda instância do TRE-MG, envolvidas no trâmite processual, estarão utilizando o processo Judicial Eletrônico (PJe). O Tribunal prevê ainda que a instalação do sistema na primeira instância da Justiça eleitoral ocorra no início de 2019.

Segundo o juiz Paulo Rogério Abrantes, presidente do Comitê Gestor do TRE-MG, na avaliação do Tribunal, o uso do PJe trará mais celeridade ao trâmite processual e economia de recursos, pois a expectativa

é de que haja significativa redução do uso de papel nas unidades que adotaram o PJe.

Para o magistrado, como 2018 é ano eleitoral, o PJe será um grande desafio para todos os Tribunais Eleitorais, uma vez que essa será a primeira eleição na qual o sistema será utilizado. Para enfrentar essa nova empreitada, o TRE-MG, em parceria com o TSE, capacitou os servidores para utilizar o processo eletrônico, com a realização de cursos de ensino a distância e presencial.

De acordo com Abrantes, o uso do

PJe na segunda instância será importante para que o Tribunal já possa avaliar a logística, disponibilidade orçamentária e outras medidas necessárias para a instalação do sistema também na primeira ins-

tância. “A implantação na primeira instância é um objetivo do TRE-MG e representaria um grande avanço, pois padronizaria a utilização do PJe em toda a Justiça Eleitoral mineira”, afirmou. ■

## #ReformadaPrevidência

### APOSENTADORIA DIGNA

é direito de quem dedicou toda a vida

### A SERVIR À SOCIEDADE

Reforma da  
Previdência  
não pode  
ser injusta!

# Amagis instala sala de apoio

Espaço foi inaugurado no novo Fórum de Uberlândia

GEORGIA BAÇVAROFF

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, e o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz, instalaram, no dia 15 de dezembro, a Sala de Apoio Juiz Rander Funaro, que passou a funcionar no novo Fórum da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro).

A inauguração da sala da Amagis foi realizada durante a entrega das novas instalações do Palácio da Justiça Rondon Pacheco. Com aproximadamente 21 mil m<sup>2</sup> de área construída, o novo fórum tem capacidade para abrigar



Maurício Soares e Luzia Peixôto inauguram nova sala da Amagis

até 46 varas judiciais, conta com estacionamento para 429 veículos, vagas reservadas para idosos e deficientes físicos, cinco elevadores e sistema de ar condicionado, oferecendo melhores condições de trabalho para os magistrados e conforto para os jurisdicionados.

Ao inaugurar a nova sala da Amagis, instalada no 7º andar do Fórum de Uberlândia, o presidente Maurício

Soares destacou que o espaço tem, entre outras, a função de propiciar momentos de confraternização e fortalecer a união entre os juizes da comarca. "A inauguração dessa sala é uma homenagem da nossa Associação aos juizes de Uberlândia e uma especial referência ao juiz Rander Funaro, grande homem e grande magistrado", afirmou. O magistrado Funaro faleceu em 2016. ■

## Juízas presidirão Associações em 2018

De acordo com censo, magistradas representam 35,9% do Judiciário

A partir deste ano, pelos menos seis Associações de magistrados irão ser presididas por juízas. Os pleitos foram realizados no fim de 2017, e as posses estão previstas para o início de 2018.

A participação de magistradas no associativismo tem crescido a cada ano.

Entre as causas do aumento desses números, podem estar os índices cada vez mais altos de mulheres que ingressam na carreira. Dados do Censo do Judiciário divulgado em 2014 demonstram que o percentual de mulheres ocupando os cargos de juízas e desembargadoras é de 35,9%.

Entre as juízas eleitas para presidir as Associações, duas irão assumir o cargo pela segunda vez: Renata Gil de

Alcântara Videira (Amaerj) e Julianne Freire Marques (Asmeto). As juízas Vera Lúcia Deboni (Ajuris), Elbia Rosna Araújo (Amab) e Jussara Schittler dos Santos Wandscheer (AMC) irão assumir a função pela primeira vez. A Amapar e Asmego serão presididas, respectivamente, pelos juizes Geraldo Dutra de Andrade Neto e Wilton Müller Salomão, eleitos em 2017. ■

### RÁPIDAS

✦ A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, realizou, no dia 1º de dezembro, visita de cortesia ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro. O encontro foi realizado na sede do Tribunal mineiro.



✦ A partir de fevereiro deste ano, o ministro Luiz Fux, do STF, passará a presidir o TSE. O magistrado foi eleito pelo plenário do TSE, no dia 7 de dezembro, e irá presidir o Tribunal até 15 de agosto de 2019. A ministra Rosa Weber, do STF, foi eleita para a vice-presidência do TSE na mesma sessão.



✦ O presidente do TRE-MG, desembargador Edgard Penna Amorim, recebeu, no dia 7 de dezembro, o Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal, entregue pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.



✦ O juiz Paulo de Tarso Tamburini foi homenageado, no dia 18 de dezembro, pelo TRE-MG, com a Medalha do Mérito Acadêmico Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, entregue pelo presidente do Tribunal, desembargador Edgard Penna Amorim, e pelo juiz Luis Fernando de Oliveira Benfatti. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da solenidade.

# Nutris arrecada fundos em feira beneficente

Ação solidária foi promovida com o apoio da Amagis

IZABELA MACHADO

**A** Amagis abriu o seu Salão de Festas para promover, dos dias 12 a 15 de dezembro, mais uma edição da Feira Beneficente de Natal, cujo objetivo é arrecadar fundos para o Núcleo de Trabalho de Integração Social (Nutris). O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, deram sua contribuição.

O Nutris atende a crianças e adolescentes carentes do bairro Mariano de Abreu, na



região Leste de Belo Horizonte, proporcionando alimentação, atividades psicopedagógicas, psicomotoras, cognitivas e afetivas, visando a educação e integração social daqueles que são atendidos pela instituição.

O Núcleo conta com o apoio e dedicação das pensionistas da Magistratura mineira, e com o trabalho de 14 profissionais, entre professoras, faxineiras e coordenadoras. A renda obtida, a cada fim de

**Feira foi realizada no salão de festas da Amagis**

ano, com a feira é um reforço financeiro importante para que a instituição possa arcar com suas despesas finais de 2017.

Os interessados em contribuir podem fazer doações diretamente ao Nutris ou, no caso dos magistrados e pensionistas, podem autorizar o desconto em folha. Mais informações sobre como ajudar podem ser obtidas na Amagis pelo telefone (31) 3079-3471 ou no Núcleo pelo telefone (31) 3485-6035. ■

## Pensionistas celebram a integração

Confraternização foi realizada no salão de festas da Amagis

A Amagis promoveu, no dia 5 de dezembro, o tradicional encontro de confraternização de fim de ano das pensionistas da Magistratura mineira, realizado no salão de festas da Associação,

no qual foi celebrada a integração e o Natal.

A diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, saudou os presentes, ressaltando o carinho e a atenção com os quais a Associação sempre trata as pensionistas e suas demandas. O presidente da Amagis, de-

sembargador Maurício Soares, estava em Brasília defendendo os interesses da classe. *(Leia mais na página 3).*

O evento foi marcado pela apresentação do pianista Gabriel de Oliveira Ferreira e do coral da Amagis, regido pelo maestro Marco Antônio Moreira da Silva. A confraterni-

zação contou ainda com a apresentação musical do desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, que, ao lado de Ana Cristina Machado, interpretou clássicos da Bossa Nova. ■

## Impressas ou eletrônicas

Você escolhe como deseja receber as publicações da Amagis:

Jornal Decisão - Revista MagisCultura - Revista Amagis Jurídica

Caso deseje receber apenas a versão eletrônica de algumas dessas publicações, envie solicitação para [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)

## DE COMARCA EM COMARCA

- ★ Elise Silveira dos Santos foi promovida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Matozinhos para juíza da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sete Lagoas.
- ★ Ivana Fernandes Vieira foi removida, por merecimento, do cargo de 2ª juíza de Direito da 1ª unidade jurisdicional do Juizado Especial de Contagem para a 5ª Vara Cível da mesma comarca.
- ★ Leonardo Lima Públio foi removido, por merecimento, do cargo 2º juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Contagem para o cargo de 2º juiz de Direito da 1ª unidade jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca.
- ★ Marina de Alcântara Sena foi promovida, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Arcos para o cargo de 2ª juíza de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Contagem.
- ★ Tarciso Moreira de Souza foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Três Corações para juiz da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Varginha.
- ★ Marcos Antônio Hipólito Rodrigues foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso para o cargo de 36º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- ★ Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior foi removido, por merecimento, da unidade jurisdicional única da Comarca de Betim para juiz da 3ª Vara Cível da mesma comarca.
- ★ Aloysio Libano de Paula Júnior foi promovido, por merecimento, da Vara Criminal da Comarca de Cataguases para juiz da unidade jurisdicional única da Comarca de Betim.
- ★ Maria Luiza Santana Assunção foi removida, por antiguidade, da 16ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte para juíza da 3ª Vara de Feitos Tributários do Estado na mesma comarca.
- ★ Roberta Chaves Soares foi removida, por antiguidade, do cargo de 50ª juíza de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte para a 16ª Vara Criminal da mesma comarca.
- ★ Paulo Sérgio Nérís foi promovido, por antiguidade, da Vara Criminal da Comarca de Igarapé para o cargo de 50º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- ★ Leonardo Cohen Prado foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Teófilo Otoni para juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Betim.
- ★ Dimas Ramon Esper foi removido, por merecimento, do cargo de juiz de Direito da unidade jurisdicional do Juizado Especial de Almenara para a 1ª Vara Cível da Comarca de Formiga.
- ★ Fernanda Machado de Moura Leite, 136ª juíza de Direito substituta, que respondia pela Comarca de Elói Mendes, foi promovida, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Três Corações.
- ★ Diego Lavendoski Vasconcelos, 135º juiz de Direito substituto, que respondia pela Comarca de Ipanema, foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Carangola.
- ★ Vanessa Manhani Vaz, 58ª juíza de Direito substituta, que respondia pela Comarca de Campos Gerais, foi promovida, por antiguidade, para o cargo de juíza de Direito da unidade jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Frutal.
- ★ Rodrigo Martins Faria, 49º juiz de Direito substituto, que respondia pela vara única da Comarca de Grão-Mogol, foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de João Pinheiro.
- ★ Thiago Guimarães Emerim, 40º juiz de Direito substituto, que respondia pela Comarca de Mutum, foi promovido, por antiguidade, para o cargo de juiz de Direito da unidade jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Mantena.
- ★ Aline Martins Stoianov Bortoncello foi removida, por merecimento, da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Passos para juíza da 2ª Vara Cível de Passos.
- ★ Mateus Queiroz de Oliveira foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Almenara para juiz da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Passos.
- ★ Karine Loyola Santos, 11ª juíza de Direito substituta, que respondia pela Comarca de Itapeçerica, foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Várzea da Palma.
- ★ Fernando Lamego Sleumer foi removido, por antiguidade, da 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude da Comarca de João Monlevade para juíza da 2ª Vara Cível e de Execuções Fiscais da Comarca de Sabará.



Há 62 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira conta com espaço próprio na internet!





AMAGIS

# Juiz Marcelo Piragibe,

## diretor-presidente da ENM

**Qual o ideal na formação do magistrado? O que mais exige o preparo?**

Entendo que, atualmente, os magistrados precisam ser preparados para exercer a judicatura a partir de uma visão tridimensional. Essa formação inclui três aspectos: uma visão sociológica, o juiz não pode estar alheio à realidade na qual ele está inserido; ter uma base filosófica; e, principalmente, ter um conhecimento profundo da lei, pois o nosso norte é sempre ela. É importante ter claro que, só com o aspecto legal, o magistrado não vai conseguir julgar bem. Por isso, ter essa visão tridimensional é de fundamental importância.

**Como o senhor avalia a formação dos magistrados que ingressam na Magistratura?**

Eles chegam para a Magistratura com uma formação muito boa. É preciso levar em consideração que os concursos para juiz estão entre os mais difíceis do País. Por esse motivo, geralmente, não se preenche todas as vagas de um concurso. Toda essa preparação para a prova faz com que eles ingressem na carreira muito afinados teoricamente. Nesse momento, as Escolas Judiciais cumprem o importante papel de institucionalização do candidato que ingressa na carreira, dando a ele

o conhecimento necessário para desenvolver sua atividade profissional no dia a dia.

**Qual o lugar da formação continuada na qualificação dos magistrados?**

A formação continuada é importante para que os magistrados possam se atualizar sobre questões que antes não se faziam presentes nos julgamentos. A internet, por exemplo, constitui um universo à parte, que ainda está pouco regulado. Nela, há uma quantidade enorme de novas informações, formas de relacionamentos – pessoais e profissionais – modelos de negócios, que estão funcionando ativamente sem que os juízes tenham sido preparados a partir de um conhecimento específico sobre essa área. Cabe à Escola Nacional, na formação continuada, levar esse conhecimento aos magistrados.

**Quais os cursos mais procurados pelos magistrados?**

Pela experiência na Escola Nacional, tenho observado que as matérias mais procuradas são aquelas que não são exigidas nos cursos, não fazem parte da formação inicial e nem fazem parte das grades curriculares das faculdades de Direito. Por exemplo, estou ministrando um curso sobre Jurisdição e Psica-

nálise que não é um tema dos concursos, mas que, para o juiz, pode ter grande validade por sua interseção com questões de família, por exemplo.

**Qual a importância da formação em gestão?**

Considero fundamental a formação em gestão, ainda mais pelo número de demandas que os magistrados brasileiros têm. Antigamente, havia uma percepção de que ao juiz bastaria conhecer só a mesa. Hoje ele precisa saber não somente da sociedade que o circunda, mas também do que está acontecendo no cartório, na sua mesa e gerenciar tudo isso, ao mesmo tempo em que julga e decide.

**Como a ENM tem feito para alcançar os magistrados de todo o País?**

Atualmente, nós temos aproximadamente 15 mil juízes no Brasil. A maioria atua no interior e não tem um acesso tão fácil às capitais. Sabemos que eles precisam se atualizar e se qualificar, por isso, vamos intensificar os cursos oferecidos por meio do Ensino a Distância (EaD), para que o conhecimento possa ser levado com mais facilidade para todos os magistrados. ■

**Ter uma formação social, filosófica e teórica das leis, ou seja: uma visão tridimensional, como defendeu o juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Piragibe avaliou ainda que os magistrados ingressam na carreira com uma boa formação teórica, mas que é preciso se atualizar em temas que não estavam previstos nos cursos e que surgem com as mudanças sociais. E, para levar essa formação a todos os juizes do País, Piragibe aposta no Ensino a Distância, como meio de ampliar a difusão do conhecimento.**

*“É importante ter claro que, só com o aspecto legal, o magistrado não vai conseguir julgar bem. Por isso, ter essa visão tridimensional é de fundamental importância.”*

*“A formação continuada é importante para que os magistrados possam se atualizar sobre questões que antes não se faziam presentes nos julgamentos.”*

# SEMANA DA CONCILIAÇÃO GERA R\$ 69 MILHÕES

## Número de audiências homologadas em MG aumentou em 87%

IZABELA MACHADO

**T**ribunais de todo o Brasil se mobilizam anualmente na Semana Nacional da Conciliação para criar ambiente favorável a fim de que o maior número possível de conflitos seja resolvido de forma consensual, célere e com validade legal. Neste ano, a semana foi realizada entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período, mais de 225 mil processos que estavam em tramitação na Justiça foram solucionados de forma pacífica em todo o País. **No total, foram realizadas 318.902 audiências, das quais 70% resultaram em acordos. O valor dos acordos atingiu o montante de R\$ 1,57 bilhão.**

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a Semana Nacional da Conciliação foi marcada por intenso trabalho e dedicação da equipe de magistrados, conciliadores e mediadores e servidores. Em 2017, todas as unidades jurisdicionais das comarcas do Estado participaram da iniciativa, o que ensejou um aumento expressivo no desempenho do Judiciário mineiro em relação à Semana Nacional da Conciliação de 2016.

ARQUIVO PESSOAL



**Juiz Roberto Apolinário homologa acordo**

O número de audiências realizadas em Minas saltou de 24.826 em 2016 para 31.845 em 2017, um aumento de 28%. Já o número de audiências homologadas passou de 7.702 em 2016 para 4.490 em 2017, um crescimento de 87%. O percentual médio de acordos homologados subiu de 31,02% para 45,36%, e o valor total desses acordos chegou a R\$ 69,8 milhões.

### CEJUSC

O juiz Maurício Pinto Ferreira, auxiliar da 3ª vice-presidência do TJMG e coordenador estadual da Semana Nacional da Conciliação, atribuiu o bom desempenho do Tribunal mineiro ao empenho e dedicação dos juízes coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e dos demais juízes que abraçaram a política pública de conciliação e mediação.

“Os resultados positivos, principalmente o aumento no número de acordos homologados, se devem, entre outros fatores, a um grande esforço da direção do TJMG na

instalação de novos Cejuscs e à oferta de cursos de capacitação de conciliação e mediação, o que melhorou a qualificação dos serviços prestados nos centros judiciários”, reconheceu o magistrado.

De acordo com o balanço divulgado pelo TJMG, o Cejusc - setor processual - realizou 5.526 audiências na Semana da Conciliação, com 36,32% de acordos cíveis homologados. O Cejusc - setor pré-processual - realizou 6.941 audiências, com 89,32% de acordos cíveis homologados. Já no Papre - Posto de Atendimento Pré-Processual -, o percentual de acordos cíveis homologados foi de 92,59%.

Maurício Pinto Ferreira ressaltou que as parcerias firmadas pelo Tribunal são instrumentos importantes para o atendimento ao cidadão e para a diminuição da litigiosidade, uma vez que os postos recebem o conflito antes que ele se torne uma demanda judicial. “A não judicialização é política pública do Tribunal para a busca de uma nova cultura de pacificação social e de solução rápida e eficaz do conflito, além de

ROBERT LEAL / TJMG

**Ministro João Otávio de Noronha durante palestra no TJMG**

ajudar na queda do número de distribuição de processos novos”, afirmou o magistrado.

### **PACIFICAÇÃO**

Em palestra realizada na abertura da Semana Nacional da Conciliação em Minas Gerais, no dia 27 de novembro, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, também destacou a necessidade da disseminação da cultura da pacificação para se obter celeridade e efetividade na resolução de demandas.

Segundo ele, no Brasil, ainda é um desafio a adoção de métodos auto-compositivos para a solução de conflitos, muito por conta do próprio Judiciário Brasileiro, que resiste em compreender que ele mesmo não detém o monopólio da Justiça, mas sim da jurisdição.

Para o ministro, é necessário um entendimento amplo de que nem sempre a solução judicial é o melhor caminho. “Só se tem Justiça quando a solução

do conflito consegue pacificar as partes. Com a conciliação e a mediação, ainda que uma parte seja vencida, ela possui a oportunidade de dialogar na busca de um consenso, o que ameniza os reflexos de uma possível perda de interesses”, afirmou.

### **COHAB**

No dia 18 de dezembro, uma solenidade na Prefeitura de Santa Luzia (Grande BH) marcou a entrega de cerca de 200 escrituras a mutuários, que, após décadas de espera, puderam regularizar débitos financeiros ou de documentação com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab). As ações são resultado da parceria firmada pelo TJMG com a Companhia, para evitar o ajuizamento de novos processos e garantir o direito à moradia das famílias que assumiram o financiamento habitacional.

O mutirão foi realizado em duas etapas: uma no mês de outubro e outra na Semana Nacional da Conciliação, quando foram feitas cerca de 800 audiências. Dos 507 atendimentos em casos de escritura, 490 resultaram em acordo, o que corresponde a um percentual de 96%. No total, o valor negociado superou R\$ 1 milhão.

“Esta ação do TJMG em parceria com a Cohab trouxe uma sensação de alegria e realização profissional imensa para mim. Pude sentir a felicidade nos olhos de cada jurisdicionado que recebia a escritura da sua casa própria e a felicidade de realizar um sonho antigo, pois a propriedade é um direito social muito relevante na nossa Constituição Federal”, disse a juíza Edna Márcia Lopes Caetano, diretora do foro de Santa Luzia e coordenadora do Cejusc local.

### **QUALIFICAÇÃO**

Em Governador Valadares, o esforço conjunto de magistrados, mediadores e conciliadores gerou resultados expressivos na Semana Nacional da Conciliação, que começou mais cedo na comarca, no dia 25 de novembro, com um casamento comunitário, quando 127 uniões estáveis foram convertidas em casamento civil.

**“A NÃO JUDICIALIZAÇÃO É POLÍTICA PÚBLICA DO TRIBUNAL PARA A BUSCA DE UMA NOVA CULTURA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E DE SOLUÇÃO RÁPIDA E EFICAZ DO CONFLITO, ALÉM DE AJUDAR NA QUEDA DO NÚMERO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NOVOS”**

JUIZ MAURÍCIO PINTO FERREIRA

**“OS RESULTADOS NA COMARCA SE DEVEM, PRINCIPALMENTE, À QUALIFICAÇÃO DOS CONCILIADORES, QUE JÁ TRABALHAM COM A CONCILIAÇÃO HÁ BASTANTE TEMPO, POIS O CEJUSC DE GOVERNADOR VALADARES FOI O 8º A SER CRIADO”**

JUIZ ROBERTO APOLINÁRIO

AMAGIS



**Juízes Edna Caetano e Maurício Pinto Ferreira na entrega de escrituras em Santa Luzia**

Durante a semana, nos Cejuscs de Governador Valadares (Leste) e Açucena (Vale do Aço), foram realizadas quase seis mil audiências, com um total de 5.165 acordos homologados, que representam um montante de mais de R\$ 8 milhões a serem pagos. O índice de acordos nas audiências foi de 95%.

Segundo o juiz Roberto Apolinário de Castro, que coordena os dois centros judiciários e é titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, cerca de 80% dos acordos homologados referem-se a processos relacionados à interrupção do abastecimento de água na cidade causada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, no distrito de Mariana, em novembro de 2015.

“Os resultados na comarca se devem, principalmente, à qualificação dos conciliadores, que já trabalham com a conciliação há bastante tempo, pois o Cejusc de Governador Valadares foi o 8º a ser criado. Aqui, primamos pela fase pré-processual. Além disso, muitos conciliadores já vêm trabalhando desde 2002, quando foi criado, na comarca, o Juizado de Conciliação”, afirmou Roberto Apolinário.

### VÍNCULOS FORTALECIDOS

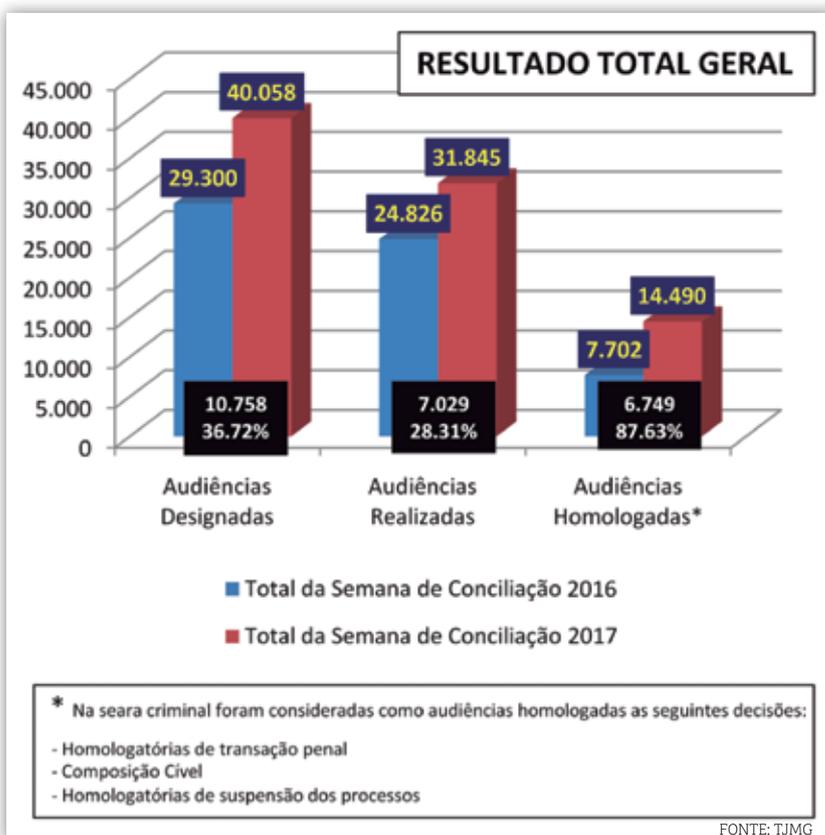
Em Araguari (Triângulo), onde o Cejusc foi inaugurado em abril do ano passado, foram feitas 223 audiências durante a Semana Nacional da Conciliação, com um índice de acordo de 51%. Um dos

destaques foi a realização de 71 audiências de conversão de união estável em casamento. “Isso gerou nas famílias o fortalecimento dos vínculos familiares e a valorização da história de vida dos casais, que tiveram os efeitos do casamento retroativos à data do primeiro dia em que passaram a viver em união estável”, disse a juíza Juliana Faleiro de Lacerda Ventura, da Comarca de Araguari.

A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do próprio juiz, que valida formalmente os acordos negociados entre as partes.

Nas sessões, a própria parte pode chegar à solução dos seus conflitos, mediante a presença de um conciliador ou mediador que facilita esse diálogo.

Para Juliana, embora o juiz não participe diretamente das audiências, o papel do magistrado na conciliação é determinante para o sucesso de iniciativas como a Semana Nacional da Conciliação, uma vez que a seleção de processos e a realização de reuniões com escritórios representativos de grandes litigantes garantem a adesão e a predisposição das partes para a conciliação. ■



# CONCILIAÇÃO, MEDIÇÃO E CIDADANIA

Judiciário atua na solução de conflitos e na pacificação social

MARCOS ALVES  
DE ANDRADE\*

**C**onciliação e mediação são meios distintos de solução de conflitos, sendo que, no Brasil, a diferenciação pode ser observada nos § 2º e 3º do art. 165 do CPC, cujo caput dispõe que “os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a auto-composição”.

A composição e a organização dos centros são definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça (§ 1º). A Constituição Federal dispõe sobre os direitos e deveres inerentes à cidadania, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) oferecem à comunidade apoio na solução consensual de conflitos, podendo ocorrer em processos judiciais ou extraprocessuais (chamados geral-

mente de pré-processuais), bem como o atendimento e orientação ao cidadão com relação aos direitos e deveres de cidadania.

No Cejusc, a composição do conflito, envolvendo pessoas físicas e/ou jurídicas,

mediante composição para o Cejusc, entregam folhetos explicativos, etc. Alguns policiais frequentam cursos de conciliação e mediação, oferecidos pelo Poder Judiciário, para que possam auxiliar na composição de conflitos.

um processo judicial que a envolve, sendo que, neste caso, o pedido é enviado ao órgão competente. Todavia, há muito que se fazer para que os Cejuscs possam, ainda mais, auxiliar a comunidade e o próprio Judiciário.

Em vez de estagiários, geralmente sem nenhuma experiência, que ficam no máximo dois anos, o Cejusc, além dos voluntários, deveria contar com um ou mais servidores efetivos, com perfil de conciliador ou mediador, devidamente capacitado, escolhido(s) pela ordenação e/ou submetidos a concurso público.

Em municípios desprovidos de órgão judiciário, com população suficiente (existem comarcas com população muito inferior a municípios que não são comarcas), poderiam ser construídos pequenos prédios, com ou sem parceria com municípios, e dotados de, pelo menos, um servidor do Poder Judiciário, escolhido ou submetido a concurso, na forma já mencionada.

Deveria ser possível também a atuação do Cejusc na área criminal. ■

*\*Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Coordenador do Cejusc da Comarca de Barbacena*

## “A ATIVIDADE DOS CEJUSCS ESTÁ OCASIONANDO UMA REDUÇÃO SIGNIFICATIVA NO NÚMERO DE PROCESSOS JUDICIAIS QUE JÁ SE ENCONTRAVAM EM TRAMITAÇÃO E NA DISTRIBUIÇÃO DE NOVOS FEITOS”

pode ocorrer de forma simples, eficaz, sem despesas e custas processuais, através de conciliadores e mediadores capacitados, sem a formalidade de um processo judicial, geralmente dispendioso e demorado.

As questões envolvendo dívidas, vizinhos, família, bancárias, telefonia, indenizações, entre muitas outras, são exemplos de casos que podem ser submetidos ao Cejusc.

Estão ocorrendo diversas parcerias para criação de Ce-

Indubitavelmente, a atividade dos Cejuscs está ocasionando uma redução significativa no número de processos judiciais que já se encontravam em tramitação e na distribuição de novos feitos. Estão sendo realizados mutirões nos Cejuscs para composições referentes a dívidas fiscais, seguro DPVAT, dívidas bancárias, etc.

O Cejusc pode agir de forma itinerante. Nesse caso, poderá ocorrer a presença de conciliadores ou media-

## “O CEJUSC PODE AGIR DE FORMA ITINERANTE. NESSE CASO, PODERÁ OCORRER A PRESENÇA DE CONCILIADORES OU MEDIADORES IMEDIATAMENTE NO LOCAL DO CONFLITO OU EM DATAS PREFIXADAS EM MUNICÍPIOS OU BAIROS DESPROVIDOS DE ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO”

jusc ou de Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual (PACE) entre o Poder Judiciário e a Polícia Militar, Defensorias Públicas, faculdades, municípios, etc.

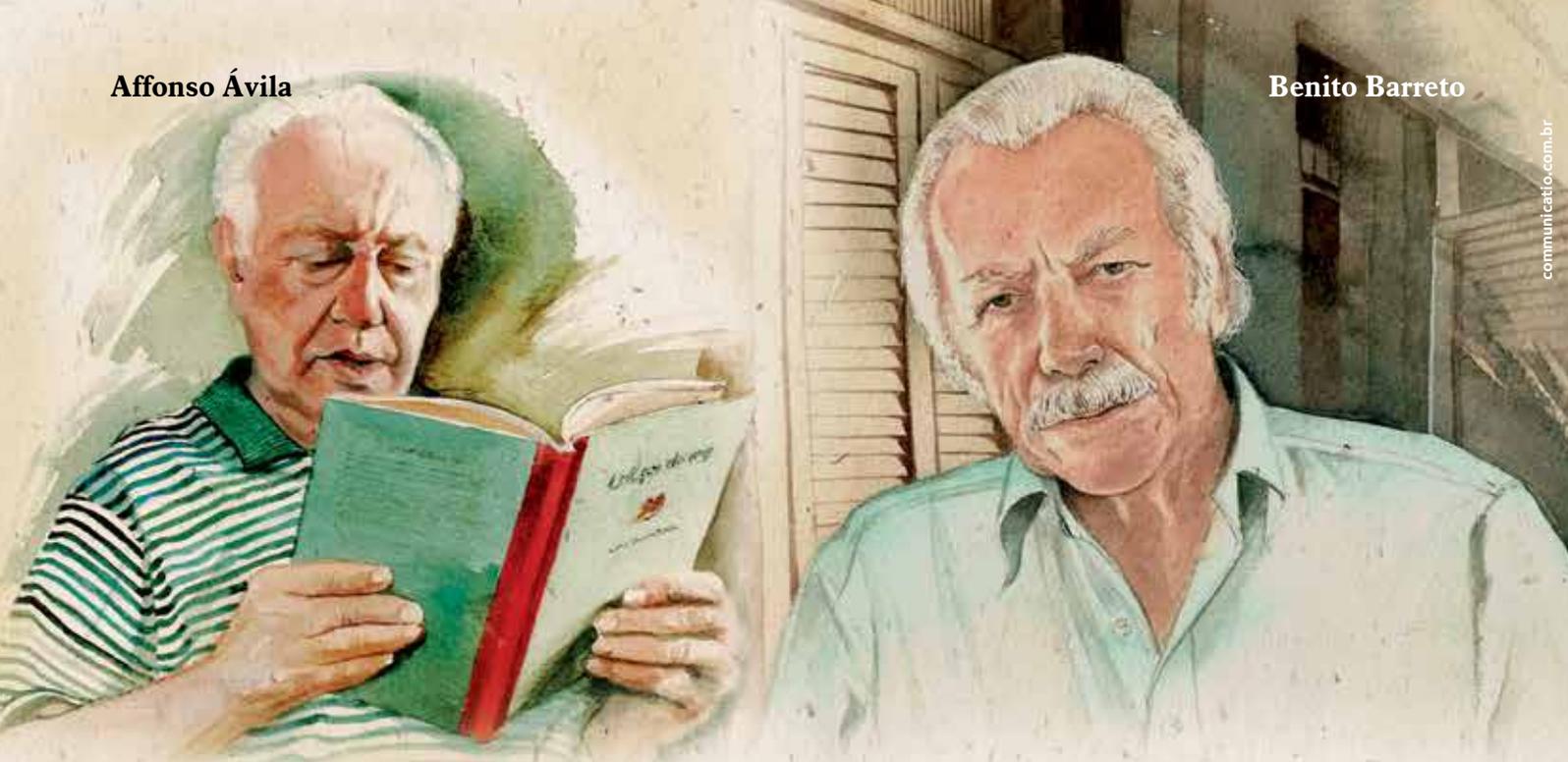
Em Barbacena (Zona da Mata), foi instalado um Cejusc ao lado de uma unidade da Polícia Militar existente em uma praça. Neste caso, os policiais militares procuraram encaminhar os conflitos que podem ser solucionados

imediatamente no local do conflito ou em datas prefixadas em municípios ou bairros desprovidos de órgão do Poder Judiciário.

Quanto à cidadania, no Cejusc, podem ser citadas as conversões de uniões estáveis em casamentos, envolvendo pessoas hipossuficientes. Pode ser citado também o comparecimento de uma pessoa idosa para solicitar a celeridade de julgamento de

Affonso Ávila

Benito Barreto



**Estes autores já publicaram na**

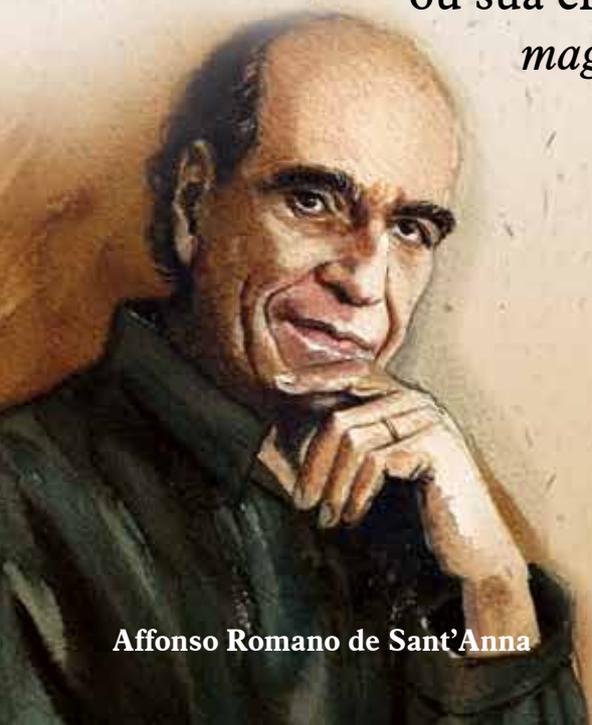
**MagisCultura**  
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e  
desembargadores mineiros.**

**Agora falta você também publicar!**

**Mande seu conto, seu poema, seu artigo  
ou sua crônica para a próxima edição.**

***magiscultura@amagis.com.br***



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

# Tribunais empossam novos dirigentes

Futuras direções do TJMMG e TJSP assumirão neste ano

A futura direção do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) deverá tomar posse em março deste ano. A definição dos novos dirigentes ocorreu em dezembro último, quando, em sessão especial, o Tribunal Pleno do TJMMG elegeu os magistrados que estarão à frente da instituição no biênio 2018-2019.

Foram eleitos os juízes James Ferreira Santos (presidente), Rúbio Paulino Coelho (vice-presidente), Jadir Silva (corregedor) e Fernando Galvão da Rocha (Diretor da Escola Judicial Militar).

Também no dia 6 de dezembro, foi eleita a futura direção do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), para o biênio 2018-2019, cujo presidente será

TJMMG



Juíz James Ferreira

o desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças.

A direção do TJSP será composta ainda pelos desembargadores Artur Marques da Silva Filho (vice-presidente), Geraldo Francisco Pinheiro Franco (corregedor), Fernando Antonio Torres Garcia (presidente da Seção de Direito Criminal), Getúlio Evaristo dos Santos Neto (presidente da Seção de Direito Público) e Gastão Toledo de Campos Mello Filho (presidente da Seção de Direito Privado).

O pleito definiu ainda a futura direção da Escola Paulista da Magistratura, cujo diretor passará a ser o desembargador Francisco Eduardo Loureiro. ■

## Varas Cíveis vão para a Unidade Raja

Transferência poderá gerar economia para o TJMG

Com o fim do recesso, os magistrados da 19ª à 35ª Varas Cíveis da Comarca de Belo Horizonte irão retomar suas atividades na Unidade Raja do TJMG. A mudança teve início no dia 6 de dezembro, para que a adaptação de juízes e servidores ao novo local de trabalho fosse facilitada.

Para o juiz da 22ª Vara Cível, Christyano Lucas Generoso, diretor de Comunicação da Amagis, a infraestrutura do prédio, com instalações mais adequadas, irá contribuir para melhorias na prestação jurisdicional. Ele destacou ainda a economia que será gerada com a mudança, pois, com o espaço liberado no Fórum Lafayette, outros setores da primeira instância poderão deixar prédios que sejam alugados.

As Varas da Fazenda Pública Estaduais e Municipais, as Varas empresariais, as Centrais de Cumprimento de Sentença (Centrases), e parte das Varas Cíveis já haviam sido transferidas para a unidade Raja em novembro. ■



**HGC SAÚDE**  
WIDEX®  
APARELHOS AUDITIVOS  
FEITO PARA VOCÊ

**A PARTIR DE AGORA  
A HGC SAÚDE POSSUI  
CONVÊNIO COM A AMAGIS.**

- 10% de desconto a vista
- Garantia de acordo com o modelo adquirido.
- teste domiciliar sem compromisso

Entre em contato:  
31 3261-8003 (Matriz)      31 3653-8003 (Filial)  
Av. Getúlio Vargas, 668,      Rua Padre Rolim,  
Loja 1 e 2 - Funcionários.      769/501 - Santa Efigênia

# Filarmônica oferece novas assinaturas

Pacotes oferecidos são divididos em cinco séries de concertos

RAFAEL MOTTA



Orquestra Filarmônica na Sala Minas Gerais

O prazo de novas assinaturas para a temporada da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais vai até o dia 27 deste mês. Os interessados podem optar por pacotes que são divididos em cinco diferentes séries, todas realizadas na Sala Minas Gerais, no Bairro Barro Preto (centro-oeste de BH).

A programação do pacote Vivace 2018, por exemplo, inclui no programa a execução de peças de Berlioz, Chopin e Prokofiev, que serão apresentadas no dia 2 de março. É

permitido ainda aos assinantes combinar diferentes séries nas opções 'compras', e o número de concertos pode variar de 9 a 33 apresentações.

Ao fazer a assinatura, a Filarmônica envia o kit com todos os cartões e acesso da temporada, para que o titular do serviço tenha seu lugar garantido na Sala Minas Gerais. As compras podem ser divididas em até seis vezes no cartão de crédito. Para mais informações, acesse [filarmonica.art.br](http://filarmonica.art.br) ou ligue para (31) 3219-9000. ■

## AGENDA CULTURAL

### ★ MOSTRA DE CINEMA DE TIRADENTES

**Data:** 19 a 27 de janeiro

**Local:** Tiradentes

(Cidade Histórica)

**Informações:**

[mostratiradentes.com.br](http://mostratiradentes.com.br)

### ★ CRÔNICO CÔMICO

**Data:** 27 e 28 de janeiro

**Horário:** 20h às 21h

**Ingressos:**

R\$ 40,00 (meia R\$ 20,00)

**Informações:** [funarte.gov.br](http://funarte.gov.br)

(Não aceita cartões)

### ★ ROUPA NOVA

**Data:** 20 de janeiro

**Horário:** 22h

**Local:** KM de Vantagens Hall – BH (Av. Senhora do Carmo, 230, São Pedro)

**Ingressos:** R\$ 45,00

**Informações:**

[premier.ticketsforfun.com.br](http://premier.ticketsforfun.com.br)

### ★ CHRISTUS NÓBREGA /LABIRINTO

**Data:** até 4 de março

**Horário:** De terça a sábado de 9h30 às 21, e domingo das 16h às 21h.

**Local:** Palácio das Artes

**Ingressos:** Entrada Gratuita

**Informações:** (31) 3236-7400

## BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

O disco 'Mensagem' reúne doze poemas do poeta português Fernando Pessoa, do livro homônimo, musicados pelo compositor e cineasta baiano André Luiz Oliveira. Gravado em 1986, o álbum traz como intérpretes Cida Moreira, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Elba Ramalho, Zé Ramalho, Ney Matogrosso, Belchior, Elizeth Cardoso, Gal Costa, Glória de Lourdes (portuguesa) e Moraes Moreira, além do próprio Oliveira.

O livro 'Mensagem' é composto por 44 poemas que contam histórias, mitos, aventuras de navegadores e os descobrimentos portugueses, entre outros temas, que dizem respeito à identidade de Portugal e a história que criou laços definitivos entre aquele país e o Brasil.

Em 2015, foi lançada a caixa 'Baú Mensagem' pela Versal Editores, com cinco discos, um caderno de fotografias e uma edição especial do livro 'Mensagem'. O formato de baú é uma lembrança do local em que Fernando Pessoa guardava os originais de sua obra.

Veja abaixo trechos do poema Padrão, cantados por Caetano Veloso.

*"A alma é divina e a obra é imperfeita. Este padrão sinala ao vento e aos céus Que, da obra ousada, é minha a parte feita:*

*O por-fazer é só com Deus."*

*"Que o mar com fim será grego ou romano: O mar sem fim é português"*



Capa do disco Mensagem

# Colônias têm 90% de ocupação no verão

Procura pelo litoral aumenta nesse período do ano

Com a chegada do verão e das férias escolares, as colônias de Cabo Frio (RJ), Nova Viçosa (BA) e Ubatuba (SP) tiveram uma alta procura pelos associados da Amagis e alcançaram uma taxa de ocupação de cerca de 90% neste ano.

A localização das colônias em diferentes regiões do País facilita o acesso dos magistrados que residem nas mais diversas comarcas mineiras e é um dos fatores que atraem os associados. A comodidade, o custo, a exclusividade e o ambiente familiar são

CÁSSIA AFINI



Vista de Ubatuba, no litoral norte de SP

outras vantagens que despertam o interesse dos associados pelas colônias.

Apesar de terem belas praias como destino comum, as três colônias proporcionam passeios característicos do ecossistema de sua região ou que fazem parte de sua história e cultura. Cabo Frio, por exemplo, é a sétima cidade mais antiga do País e preserva em suas ruas monumentos que contam

capítulos da ocupação do litoral brasileiro pelos portugueses.

Já em Nova Viçosa, os visitantes podem aproveitar para visitar o Arquipélago de Abrolhos, onde é possível praticar mergulho. Em Ubatuba, os turistas também podem conhecer o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, onde é possível fazer trilhas, observar pássaros e se banhar em rios e cachoeiras. ■

# Amagis vence amistoso

Troféu da cidadania foi disputado em Uberlândia

Em um clima de confraternização, os times de futebol da Amagis e da Associação dos Advogados de Uberlândia disputaram, no dia 16 de dezembro, no estádio do Parque do Sabiá, em Uberlândia (Triângulo Mineiro), o Troféu de Futebol da Cidadania – desembargador Afrânio Vilela.

Com gols dos juizes Miller Rogério Coutinho, Marcelo Segato, Wagner Sana e Lourenço Migliorini, a equipe da Amagis venceu a partida por 4 a 0 e levantou mais uma taça que passará a integrar a galeria

GEORGIA BAÇVAROFF



Times da Amagis e da Associação de Advogados

de troféus instalada no Parque Esportivo da Amagis, em Belo Horizonte, onde estão outras conquistas do time de futebol da Magistratura mineira.

O desembargador Afrânio Vilela agradeceu a homenagem e destacou a relação harmoniosa entre os operadores do direito na Comarca de Uberlândia. O diretor do foro, juiz Lourenço Migliorini, ressaltou a importância de

atividades como a disputa do troféu para fortalecer a interação entre os magistrados e os advogados da comarca.

O juiz Glauco Soares, diretor de Esportes da Amagis e capitão do time, observou que, além dos benefícios para a saúde, a prática esportiva aproxima as pessoas e dá força para que os magistrados possam prosseguir com seu trabalho. ■

## CONVÊNIOS

### ✦ CENTRO AUTOMOTIVO CAMPEÃO

Funilaria, pintura, martelinho de ouro e espelhamento 3M, mecânica e elétrica em geral, alinhamento, balanceamento, suspensão, freios e injeção eletrônica, direção hidráulica e transmissão automática, troca de óleo, baterias e linha completa de acessórios. Desconto de 20% em serviços e 10% de desconto em peças do estoque.

**Telefone:** (31) 3223-5766

**Endereço:** Rua do Ouro, 919, Serra – BH

### ✦ CIA DO PNEU

Desconto de 8% nos pneus Michelin/BFGoodrich, 25% de desconto no alinhamento e balanceamento, desconto de 20% na mão de obra oficina e na higienização do ar condicionado. Descontos não cumulativos com promoções.

**Telefone:** (31) 3335-0612 ou (31) 3296-4566

**Endereço:** Avenida Bias Fortes, 955, Lourdes – BH

### ✦ CENTRO AUDITIVO TELEX

Desconto de 10% na prótese auditiva à vista. Descontos especiais nas próteses auditivas em campanhas promocionais (não é acumulativo).

**Telefone:** (31) 3821-8370

**Endereço:** Rua Congonhas, 55, loja 109, Centro – Ipatinga

### ✦ ACADEMIA BANDEIRANTES

Serviços de ginástica, musculação, treinamento funcional e spinning, com desconto de 30% da tabela.

**Telefone:** (31) 3281-8177

**Endereço:** Avenida Bandeirantes, 1789, Sion – BH

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO



AMAGIS



### Maria da Penha

O Via Justiça discute as mudanças na Lei Maria da Penha. Nossas convidadas são a juíza Maria Aparecida Consentino Agostini, da 13ª Vara Criminal de BH, e a advogada Nádia Castro Alves, professora da PUC Minas. O presidente da República vetou mudança na Lei Maria da Penha, que transferia funções da Justiça à polícia. (foto)

### Assassinatos

O Brasil registrou o maior número de assassinatos da história, de acordo com os resultados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Sete pessoas foram mortas por hora no Brasil, em 2016. Falam sobre o assunto o desembargador Wanderley Salgado de Paiva, da 1ª Câmara Criminal do TJMG, e o professor adjunto do Departamento de Sociologia da UFMG Bráulio Figueiredo Alves da Silva.

### Lei do Divórcio

Em 2017, a Lei do Divórcio completou 40 anos. O divórcio foi instituído oficialmente com a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Como se deu o surgimento da Lei do Divórcio no País? Para analisar os aspectos históricos da Lei, convidamos o advogado José Roberto Moreira Filho, presidente do IBDFAM-MG.

### Guarda compartilhada

O Via Justiça debateu a possibilidade de pensão alimentícia mesmo em regime de guarda compartilhada. Nossos convidados são o desembargador Pedro Aleixo, 16ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Frederico Queiroz, da Comissão de Direito de Família OAB-MG. Muitos não sabem, mas a guarda compartilhada permite a fixação de pensão alimentícia para um dos pais. ■

### Código Penal

O Código Penal vigente no Brasil foi criado em 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas. Com quase 80 anos, o Código Penal precisa ser atualizado à realidade atual. O convidado é o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, da 5ª Câmara Criminal do TJMG e presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais. (foto)

### Contas públicas

Em meio à crise das contas públicas do Brasil, o Ministério Público de Contas (MPC) teve atuação destacada no combate à corrupção e no controle externo. Para falar sobre a atuação do órgão, convidamos o procurador-geral do MPC, Daniel de Carvalho Guimarães. O MPC zela pelo cumprimento da Constituição na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos municípios.

### Escolas Judiciais

Como os juízes se preparam para atender às crescentes e diversas demandas do cidadão? Nosso convidado é o juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura. Ainda que os juízes atuem em níveis diferentes da Justiça, terão formação com foco nas atribuições que desempenham no tribunal e na região onde exercem a judicatura.

### Congraçamento 2017

Para comemorar mais um ano de importantes realizações, os magistrados mineiros reuniram-se no Encontro de Congraçamento da Magistratura, promovido pela Amagis e pelo TJMG, no Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte. Estiveram presentes cerca de mil pessoas, entre magistrados e familiares e membros de outros Poderes. ■

### TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

### TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

# PROTEÇÃO DO FUTURO

A cada 30 minutos, uma criança ou adolescente morre no Brasil

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

**A** Constituição de 1988, em seu artigo 7º, proíbe, no Brasil, o trabalho noturno, perigoso e insalubre a qualquer criança e adolescente, bem como qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Nas últimas duas décadas, com políticas públicas voltadas para esse grave problema, o País conseguiu reduzir o número de crianças e adolescentes que trabalhavam no Brasil. Entretanto, muito ainda precisa ser feito, até a almejada erradicação do trabalho infantil em todo o extenso território nacional.

Hoje, uma pesquisa lançada em 18 de setembro de 2017, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Fundação Walk Free, em parceria com a Organização Internacional para Imigração (OIM). O maior número de crianças acima de 5 anos foi encontrado na África (72 milhões), sendo das Américas em torno de 19 milhões. Segundo Maria Fernanda, em pesquisa divulgada em janeiro de 2017, um milhão e oitocentas mil crianças e adolescentes são submetidas ao trabalho em nosso País: 70,9%, na agricultura; 17,1%, no setor serviços e 11,9% na indústria.

A maioria, obviamente, fora da escola. Entre as crianças que realizam trabalhos perigosos, 38% têm entre 5 e 14 anos e quase 2/3 das que têm, entre 15 e 17 anos, trabalham mais de 43 horas semanais.

**“É PRECISO, POIS, FALAR SOBRE A PROTEÇÃO DO NOSSO FUTURO, POIS NÃO HAVERÁ FUTURO SEM O COMBATE À VIOLÊNCIA, QUE TIRA VIDAS PRECIOSAS, SACRIFICANDO JOVENS - CRIANÇAS E ADOLESCENTES -, EXPONDO-OS A RISCOS INADMISSÍVEIS”**

Vários estudos demonstram que o trabalho infantil é altamente prejudicial ao desenvolvimento físico, psicológico e intelectual das crianças e dos adolescentes que o exercem pelo afastamento da família, aliada à perda do tempo para estudar e brincar, queda do desempenho escolar e abandono escolar, entre outros, fatores que acabam na perpetuação da pobreza e reprodução das desigualdades sociais. Além disso, esses jovens ficam excessivamente vulneráveis a todas as formas de violência.

O trabalho precoce fatalmente leva, também, à queda do desempenho ou ao abandono escolar. Por vezes, acaba conduzindo esses menores - crianças e adolescentes - a uma limitação da vida adulta, na qual exercem subempregos, com baixíssimos salários, quase sempre, em condições degradantes.

**“VÁRIOS ESTUDOS DEMONSTRAM QUE O TRABALHO INFANTIL É ALTAMENTE PREJUDICIAL AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO, PSICOLÓGICO E INTELECTUAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES”**

Outro aspecto é a violência doméstica e familiar, praticada, quase sempre, de forma velada, dentro de casa, contra os filhos (física e sexual). Ela se torna cada vez mais evidente, porque as marcas não são apenas sociais, porque geram problemas psicológicos e de saúde pública, exigindo cuidados especiais. Elaine Ribeiro, Psicóloga Clínica e Organizacional, colaboradora da Comunidade Canção Nova, (blog: temasemp-sicologia.wordpress.com), aponta os principais sinais apresentados pela criança ou jovem que sofre esse tipo de violência: “a ansiedade,

choros constantes, sem motivos aparentes, medo, pesadelos, tentativas de suicídio, marcas pelo corpo, ataques de pânico, baixo rendimento escolar”. Como praticada no recesso do lar, as estatísticas estão distantes da realidade.

Os dados, que foram levantados por Vitória Ostetti, Gabriel Zalorenssi e Rodolfo Almeida, sobre a violência infanto-juvenil, em nosso País, são assustadores:

No Brasil, de cada 100 adolescentes, 68 foram vítimas de punição corporal em casa; de cada 100, 38 sofreram bullying na escola; de cada 100 mulheres, de 14 a 15, cerca de 15 sofreram violência física; de cada 100 mulheres, de 15 a 19 anos, 6 sofreram violência sexual; de cada adolescente, entre 13 e 15 anos, 28 tiveram brigas na escola.

Finalmente, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abring) divulgou, em 12 de dezembro de 2017, dado alarmante: a cada trinta minutos, uma criança ou adolescente morre no Brasil.

É preciso, pois, falar sobre a proteção do nosso futuro, pois não haverá futuro sem o combate à violência, que tira vidas preciosas, sacrificando jovens - crianças e adolescentes -, expondo-os a riscos inadmissíveis.■

(\*) Desembargador

# RÁPIDO, FÁCIL E GRATUITO



## Programa **Check-up**

Sabemos o quanto seu tempo é importante e que nada é mais imprescindível que sua saúde. Pensando nisso, a Amagis Saúde criou o Programa Check-Up. Nele é oferecida uma série de exames concentrados em um mesmo dia e local, com comodidade e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

# Natação traz bem-estar e combate o estresse

OMS recomenda a prática de exercício pelo menos três vezes na semana

TIAGO PARRELA

**A** Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda uma atividade física pelo menos três vezes por semana, com duração mínima de 30 minutos. Entre os benefícios que este cuidado pode trazer, estão a diminuição do risco de doenças do coração, pressão alta, osteoporose, diabetes, obesidade, melhora dos níveis de colesterol sanguíneo, combate à insônia e aumento da resistência muscular.

O bem-estar é outro ganho que se pode ter com as atividades físicas, pois a prática frequente de esportes libera serotonina no corpo, ajudando a regular o humor, sono, apetite, ritmo cardíaco, temperatura corporal, sensibilidade à dor, movimentos e as funções intelectuais, deixando as pessoas mais bem dispostas para enfrentar os desafios do dia a dia.

Entre os esportes mais comuns praticados pelos brasileiros,



**“O esporte me transformou, diminuiu o nível de estresse, aumentou minha capacidade de concentração e me deixou mais tranquila e disciplinada”**  
**juíza Cláudia Helena Batista**

ARQUIVO PESSOAL



**Cláudia Helena foi bronze nos jogos da AMB**

estão o futebol e a caminhada. Entretanto, alguns magistrados têm optado pela natação, como a juíza Cláudia Helena Batista, da Comarca de Belo Horizonte, e os juízes Rogério Braga, da Comarca de Contagem, e Marcelo Trigueiro, da Comarca de Betim, que, quando estão na água, deixam de lado toda a pressão trazida com a rotina dos fóruns.

A juíza Cláudia Helena pratica natação regularmente há 10 anos, pelo menos duas vezes na semana, no período da noite. A magistrada optou pela prática esportiva nesse horário, que, segundo ela, melhorou seu sono e a faz acordar mais disposta. “O esporte me transformou, diminuiu o nível de estresse, aumentou minha capacidade de concentração e me deixou mais tranquila e disciplinada”, reconheceu a magistrada.

O juiz Rogério Braga também pratica natação há bastante tempo. Natural do Rio de Janeiro, ele gosta de nadar em mar. Segundo o magistrado, para se nadar em mar aberto é necessário montar um circuito com boias dispostas no mar, acompanhado de um bote com um coordenador.

“A diferença entre nadar em piscina e no mar aberto é a respiração frontal (feita no mar), levantando um pouco a cabeça. A prática no mar deve ser feita, no mínimo, em dupla, devido às correntezas e valas”, orientou. O magistrado ainda afirmou



**“Passei a praticar a natação, de forma disciplinada, por haver me inteirado de ser um desporto no qual se verifica um mínimo de impacto ao corpo”**  
**juiz Marcelo Trigueiro**

que, na água salgada, a tendência é de o corpo flutuar mais. Por outro lado, o movimento marítimo aumenta a dificuldade do exercício.

O juiz Marcelo Trigueiro pratica natação há 14 anos, pelo menos duas vezes na semana, e influenciou toda a família a aderir ao esporte. O magistrado começou a nadar para recuperar a musculatura, após uma cirurgia em um dos joelhos. A prática contribuiu para a completa recuperação. “Passei a praticar a natação, de forma disciplinada, por haver me inteirado de ser um desporto no qual se verifica um mínimo de impacto ao corpo, em especial às articulações, e por exercitar quase todos os músculos”, disse.

Muitos benefícios foram percebidos pelo magistrado, que, após começar a nadar com frequência, verificou ter deixado de apresentar quaisquer problemas respiratórios e crises alérgicas. ■

## Check-up tem adesão de 400 magistrados

Associados se beneficiaram do programa da Amagis Saúde

**L**ogo nos primeiros meses de funcionamento, o programa de Check-up da Amagis Saúde beneficiou cerca de 400 usuários do plano de saúde, que realizaram a bateria de exames gratuitamente no mês dos seus aniversários. Para ter direito ao serviço, o usuário do plano deve ter 35 anos ou mais.

Entre os aniversariantes de dezembro que fizeram uso do benefício, estava o desembargador Paulo César Dias para quem todos deveriam realizar o check-up. "É uma iniciativa de grande valia da Amagis Saúde para seus associados", disse.

O 'presente de aniversário' tem atraído os magistrados tanto pela comodidade de poder realizar os procedimentos em um único local, em um só dia, por equipes especializadas, quanto pelo seu caráter preventivo, já que os exames possibilitam o diagnóstico de enfermidades na fase assintomática, quan-

do ainda não há nenhuma queixa clínica ou sintoma da doença, permitindo ações corretivas e melhorias na qualidade de vida.

Na avaliação da desembargadora He-loísa Combat, que também aniversariou em dezembro, o atendimento e o fato de os exames serem realizados no mesmo dia são os diferenciais do programa. "O programa Check-up veio para somar", afirmou.

Para a juíza Roberta Chaves Soares, o programa otimizou bastante o tempo do associado. "Foi a primeira vez que fiz um check-up e realizei todos os exames no mesmo dia. Estou muito satisfeita com a iniciativa da Associação e com a qualidade do serviço prestado", comentou.

A marcação antecipada do check-up pode evitar contratempos, já que em função da grande procura do serviço pelos usuários do plano, as clínicas credenciadas têm preenchidos seus horários de atendimento rapidamente. ■

### DICAS

#### Atendimento fora da área de cobertura

Durantes as férias, os usuários da Amagis Saúde que estiverem fora da área de abrangência do plano de saúde dispõem da cobertura médica da Unimed em todo o território nacional nos casos de urgência e emergência.

❖ **Os atendimentos de urgência e emergência fora da área de cobertura do plano necessitam de autorização?**

**Não. Em casos de urgência e emergência, o associado deve procurar o atendimento mais próximo nos serviços credenciados pela rede conveniada com a Unimed.**

❖ **É garantido o atendimento fora da área de abrangência do plano para a urgência ou emergência?**

**Sim. No plano Estadual, a cobertura eletiva (marcação de consultas) é feita apenas na rede credenciada de Minas Gerais. Já no plano Grupos de Estados, as consultas eletivas podem ser agendadas também em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em casos de urgência e emergência fora da área de abrangência, para ambos os planos, a cobertura é nacional feita pela rede credenciada da Unimed.**

❖ **O usuário é reembolsado das despesas médicas para atendimentos fora da área de abrangência do plano?**

**Sim. O valor reembolsado será de acordo com as tabelas de preços utilizadas para pagamento aos credenciados da Amagis Saúde. O valor pago pelo usuário do plano não é reembolsado em 100%.**

❖ **A Amagis Saúde oferece atendimento fora do horário comercial?**

**Sim. A Amagis Saúde dispõe de um plantão telefônico, pelo número (31) 99977-2860, que funciona de 19h às 7h, durante a semana. O serviço também está disponível nos finais de semana e feriados. No horário comercial, o usuário do plano deve ligar para (31) 3079-3478, 3079-3479, 3079-3480, 3079-3481, que funcionam de 7h às 19h.**



Saiba  
mais em  
amagissaude.  
com.br